



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÕES PERMANENTES

CÓDIGO:

FQ-COTEC-052-00

MEMÓRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA EMISSÃO:

12/04/2016

DATA REVISÃO:

12/04/2016

ITEM NORMA:

7.2

COMISSÃO DE DEFESA DO COSUMIDOR

EVENTO: Audiência Pública

DATA: 04/05/2016

LOCAL: Auditório do

HORA: 14:30

Complexo das Comissões

EMENTA: Audiência Pública para discutir ajuste de 12,97% na tarifa de energia elétrica, recentemente aprovada pela ANNEL para o Estado do Ceará.

REQUERENTE: Deputado Odilon Aguiar

PRESIDENTE: Deputado Odilon Aguiar

DEPUTADOS (AS) PRESENTES:

Deputado Renato Roseno;
Deputado Joaquim Noronha;
Deputado Carlos Matos;

PARTICIPANTES DA MESA:

- Deputado Odilon Aguiar – Presidente da Comissão Defesa do Consumidor AL Ce;
- Sr. Antonio Erildo lemos pontes – Presidente Do Conselho De Consumidores Da Coelce – Conerge;
- Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante – Secretária Executiva Decon;
- José Nunes De Almeida Neto – Diretor De Relações Institucionais e Comunicação da Coelce;
- Dr. João Ricardo Franco – Defensor Público;
- Dr. Adriano Campos Costa – Presidente Do Conselho Diretor ARCE;
- Sr. Joaquim Rolim – Coordenador Do Núcleo De Energia Da Federação Das Indústrias Do Estado Do Ceará;
- Comissão De Defesa Do Consumidor Da OAB/Ce – Dr. Luiz Sávio Aguiar Lima;
- Prof. Dr. Luiz Henrique Silva Colado Barreto – Diretor Adjunto De Pesquisa Do Centro De Tecnologia Da UFC;
- Professor Francisco Fábio Damasceno Montenegro – Professor IFCE;
- Abelardo de Paula Barreto – Engenheiro Elétrico – UECE;
- Deputado Renato Roseno;
- Deputado Joaquim Noronha;
- Deputado Carlos Matos;



ENTIDADES REPRESENTADAS:

Eriston Lima – Representante do Sindifort;

Tércio Nunes – representante do Intersindical;

Alexandre Uchôa – Representante Movimento Comunidade em Luta;

SÍNTESE DAS MANIFESTAÇÕES:

- Deputado Odilon Aguiar - Presidente da Comissão Defesa do Consumidor AL Ce: Comentou o reajuste da tarifa de energia elétrica no valor de 13,64% e lamentou a ausência do representante da ANEEL;
- Antonio Erildo Lemos Pontes - Presidente Do Conselho De Consumidores Da Coelce – Conerge:
Explicou que o valor foi devido a um resíduo de 2015 (3,13%), que somado ao reajuste anual de 2016 autorizado pela ANEEL atingiu esse índice. Acrescentou que a ANEEL é quem homologa o índice e não a Coelce. Respondeu ao Deputado Joaquim Noronha que não é cobrado ICMS sobre a tarifa de energia.
- Ann Celly Sampaio Cavalcante – Secretária Executiva Decon:
Afirmou ser possível derrubar juridicamente os 3,13% mas para tanto precisaria analisar a planilha de composição dos custos. Acresceu que a Coelce já foi multada por falta de informações.
- José Nunes De Almeida Neto - Diretor De Relações Institucionais e Comunicação da Coelce:
Explicou que cada distribuidora apresenta a ANEEL planilhas com suas realidades daí a diferença do reajuste nos diferentes estados. Informou que a Coelce não dificulta a divulgação das informações de seu balanço. Ressaltou que a tarifa de reajuste da Coelce foi menos que o reajuste do IGPM e IPCA nos últimos 10 anos e foi a 30ª maior no Brasil. Explicou que foi um ajuste diagnosticado por um órgão regulador, e que a composição de custos dá-se a longo e não a curto prazo;
- Adriano Campos Costa - Presidente Do Conselho Diretor ARCE:
Informou que a ANEEL suspendeu a fiscalização em todos os convênios e que, no caso do Ceará o fará remotamente;
- Joaquim Rolim - Coordenador Do Núcleo De Energia Da Federação Das Indústrias Do Estado Do Ceará:
Informou que houve um aumento nos custos de 60,8% e que houve um resíduo



de 3,57% de 2015 por isso a tarifa ficou estimada em 13,64%.

- Luiz Sávio Aguiar Lima – Presidente da Comissão de defesa do Consumidor da OAB/CE:
Ressaltou que as agência reguladoras prestam um desserviço, pois posicionam-se sempre a favor das empresas e não do consumidor, quando deveria ser o contrário, Pôs em cheque a credibilidade da atuação da ANEEL. Sugeriu o ingresso numa ACP (ação civil pública).
- Francisco Fábio Damasceno Montenegro – Professor IFCE:
Afirmou ser difícil tirar conclusões da planilha da Coelce, mas não consegue ver o porquê dessa diferença na tarifa do reajuste.
- Abelardo de Paula Barreto - Engenheiro Elétrico – UECE:
Lamentou a ausência da ANEEL e comentou ser exagerado o reajuste. Sugeriu rever a planilha de custos da Coelce.
- Raul Amaral:
Explicou que a Coelce pediu a reconsideração da revisão tarifária dos 12,97% e dos 3,13% do acúmulo do recálculo. Que a cabe a ANEEL estipular regra e metodologia para analisar a revisão tarifária. Que o reajuste deve-se a baixa condição hídrica do Nordeste, que tiveram que comprar energia de outras fontes que não só a hidráulica, mas também a térmica e eólica, caso contrário não conseguiriam suprir as necessidades do Estado. Ressaltou também que a Coelce ocupa o 1º lugar na qualidade do serviço no nordeste.
- Deputado Renato Roseno:
Destacou que não se deveria terceirizar setores estratégicos do Estado. Que é contra o reajuste e que isso é uma questão social, não podendo o povo pagar por essa crise. Que o problema é o modelo econômico utilizado para aferir esses reajustes.
- Jurandir Picanço - Presidente da Câmara Setorial de Energias Renováveis:
Salientou que a indústria tá sentindo a crise, que reduziu o consumo da energia no Ceará em 8,8% nos primeiros meses devido ao aumento do ano passado (2015). Que a expectativa do setor era que esse reajuste não ultrapassasse o



valor da inflação. Frisou que foi uma decisão errada da ANEEL.

- Deputado Joaquim Noronha:
Destacou que o IPCA 2015 foi de 10,67%;
Que o reajuste dos servidores públicos estaduais em 2015 foi de 6,45% em 2015 e nenhum em 2016 e que o reajuste da Coelce foi de 13,64%;
Cobrou sensibilidade por parte da Coelce frente a situação e coloca em dúvida a credibilidade da ANEEL;
Leu um ofício da ANEEL no qual a mesma justifica a ausência de seu representante devido a “cortes de despesas”;
Sugere uma moção ao Ministério das Minas e Energias em repúdio a esse ofício;
Pede razoabilidade por parte da Coelce para esse reajuste, que não é contra o mesmo, apenas que seja mais módico e adequado a realidade cearense hoje.
Questionou se é ou já foi cobrado ICMS sobre a tarifa elétrica.

ENCAMINHAMENTOS:

1. Deputado Odilon Aguiar – Afirmou que não se curvará a tarifa apresentada e mobilizará todos os recursos para resolver a questão. Sugeriu o diálogo com a Coelce no lugar da judicialização. Que buscará soluções dentro da legalidade através de todos os mecanismos para defender o consumidor, inclusive procurar o Governador Camilo Santana.
2. Ann Celly Sampaio Cavalcante - Propôs a criação de uma comissão para analisar a planilha de composição dos custos;
3. João Ricardo Franco – Afirma ter havido violação ao CDC e sugere, caso não haja uma revisão na tarifa, que se faça um estudo técnico para embasar uma ACP com apoio da Defensoria para barrar o aumento daquela;
4. Adriano Campos Costa - Sugeriu a reversão da suspensão da fiscalização da ANEEL junto aos Deputados Federais;
5. Deputado Renato Roseno – Sugere a judicialização para reverter esse aumento; que seja criada uma força tarefa para acolher as associações e que seja feita uma revisão no modelo de reajuste das tarifas e que seja elaborada uma moção de repúdio pelo não comparecimento da ANEEL;



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÕES PERMANENTES

CÓDIGO:

FQ-COTEC-052-00

MEMÓRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA EMISSÃO:

12/04/2016

DATA REVISÃO:

12/04/2016

ITEM NORMA:

7.2

6. Tércio Nunes – Fazer um abaixo assinado nas comunidades para reverter o aumento da tarifa;

7. Alexandre Uchôa – Sugeriu um boicota a nova tarifa;

RESULTADO:

Ação Civil Pública com pedido de liminar contra o reajuste da Coelce. O assunto tem amplo interesse social e terá as presenças da OAB-CE, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e Procon Assembleia.

ELABORADO POR: Fenelon Moreira Cals Junior – Mat. 9439